

Infância sem amparo

ARNALDO NISKIER

Alguns passos decisivos têm sido dados, na atualidade brasileira, para apolar a nossa infância, depois de tantos anos de abandono e desleixo. A existência de artigos constitucionais de incentivos à educação pré-escolar é bem uma demonstração do que afirmamos, embora outras iniciativas estejam em curso, como a significar que se compreendeu, afinal, a necessidade de iniciar esta política desde o nascimento (ou até mesmo antes).

O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) publicou o documento **Situação Mundial da Infância — 1989** em que há diversas razões para se perder o sono. Com base na taxa de mortalidade de menores de 5 anos, que equivale ao número de óbitos de menores nessa faixa etária, por 1.000 nascidos vivos o Brasil ocupa a 65ª posição. No mencionado trabalho, as nações do mundo são relacionadas não na ordem ascendente do seu Produto Nacional Bruto (PIB), mas na ordem descendente das suas taxas de mortalidade de menores de 5 anos. Em função disso, o Brasil deixa de se orgulhar do seu 8º lugar no quadro das maiores economias mundiais para se envergonhar com uma posi-

ção de difícil explicação.

Necessidades essenciais dos seres humanos, as crianças em particular, notoriamente não estão sendo atendidas. Fome, doença e miséria tornam-se companheiras do cotidiano — e assim se forja o país do futuro. Alguns otimistas mostram que, em 1960, o Brasil tinha uma taxa de 160 crianças mortas por 1.000. Em 1987, o número caiu para 87. A situação melhorou, mas não chega a ser entusiasmante a **performance**, pois ainda assim ficamos atrás de nações que, economicamente, estão bem mais atrasadas. Nesse bloco, temos a companhia de países como Filipinas, El Salvador, Vietnã e Irã, o que por si só recomenda muito pouco o apoio dado às questões de saúde materno-infantil em nossa sociedade.

Se prosseguir a falta de recursos e também a mentalidade "obreira" (no sentido de mais obras e menos atenção aos recursos humanos), o estudo do UNICEF comprova que somente no ano 2.000 alcançaremos a meta de 70 óbitos por 1.000, quando Panamá, Malásia, Irlanda, Chipre, Jamaica e Suriname já atingiram esse objetivo. O atendimento aos menores de 5 anos poderá, assim, sofrer um grande colapso e a atual tendência se reverter, voltando o

Brasil a padecer de índices cada vez mais negativos. Não é improvável a rênça, na medida em que se observa o crescimento do número de menores abandonados ou desassistidos. As televisões têm sido pródigas nas reportagens sobre pivetes e trombadinhas, a triste consequência desse quadro lamentável de abandono e inçúria.

Estamos abordando aspectos de sobrevivência, mas cabe referência à desídia pedagógica. Lembro um fato presenciado em Belo Horizonte, ao lado do meu amigo Lúcio Portella. Um garoto esquelético, de voz fina, maltrapilho e descalço, pediu uma esmola. Dei e perguntei o seu nome. Depois, o local em que morava. E finalmente se não estava na escola. Ele, para espanto meu, respondeu afirmativamente. Estudava perto da sua casa, num subúrbio de Belo Horizonte, mas duas vezes por semana, a pedido da mãe, precisava deslocar-se de carona para o centro da cidade, a fim de pedir esmolas e assim, levar dinheiro para casa.

Quanto desses casos são corriqueiros na vida brasileira? A obrigação de modificar essa realidade é das autoridades governamentais, eleitas com o nosso voto, cada vez mais importante.